



Diálogos

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i1>

ISSN 2177-2940
(Online)

ISSN 1415-9945
(Impresso)

O Passado Presente, ou como se escrevia a história do tempo presente no século XIX. Gonçalves de Magalhães e a *Memória Histórica da Revolução da Província do Maranhão* (1839-1840)

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i1.35287>

Eliete Lucia Tiburski

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História - IFCH/UFRGS, elietelucia@hotmail.com

Palavras Chave:

História do tempo presente;
historiografia brasileira;
Gonçalves de Magalhães;
memórias históricas; escrita da
história; Império do Brasil.

Keywords:

History of present time;
Brazilian historiography;
Gonçalves de Magalhães;
historical memories; writing of
history; empire of Brazil

Palabras clave:

Historia del tiempo presente;
historiografía brasileña;
Gonçalves de Magalhães;
memorias históricas; escritura
de la historia; Imperio de Brasil.

Resumo

O artigo apresenta a questão da história do tempo presente e suas relações com o conceito de história no início do século XIX no Brasil. As reflexões serão feitas a partir do trabalho de Gonçalves de Magalhães intitulado *Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840*, publicado na Revista do IHGB em 1848. Trata-se de analisar a condição do historiador enquanto sujeito que intervém em seu próprio tempo, a delimitação do campo da história, seus procedimentos e limites.

Abstract

The Present Past or as it was written the history of the present time in nineteenth century. Gonçalves de Magalhães and the *Memória Histórica da Revolução da Província do Maranhão* (1839-1840)

This paper presents the question about the history of present time and its relations with the concept of history in the early nineteenth century in Brazil. The starting point of the discussion is the article *Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840*, published by Gonçalves de Magalhães an influential Brazilian history journal in 1848. The goal is to analyze the condition of the historian as a subject involved in his own time, the delimitation of history field, its methods and limits.

Resumen

El pasado presente o cómo escribir la historia del tiempo presente en el siglo XIX. Gonçalves de Magalhães y la *Memória Histórica da Revolução da Província do Maranhão* (1839-1840).

El artículo presenta la cuestión de la historia del tiempo presente y sus relaciones con el concepto de historia, en el comienzo del siglo XIX, en Brasil. Las reflexiones están realizadas a partir de la obra de Gonçalves de Magalhães, titulada *Memória Histórica e Documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840*, publicada en la Revista IHGB en 1848. Se trata de analizar la condición del historiador como sujeto que interviene en su propio tiempo, la delimitación del campo de la historia, sus procedimientos y límites.

Na sessão do dia 18 de março de 1847 do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), presidida por Manoel Araújo de Porto Alegre, Gonçalves de Magalhães inicia a leitura de seu trabalho que trata dos fatos ocorridos no Maranhão, sua conclusão se dará na sessão seguinte realizada no dia 15 de abril. Ao finalizar, Magalhães foi “acolhido com applausos, e votou que fosse impressa na collecção de suas memorias”, que no terceiro trimestre do ano de 1848, vem a público.¹

Intitulada *Memória Histórica da Revolução da Província do Maranhão (1839-1840)* e escrita durante o período em que trabalhou como secretário do futuro Duque de Caxias, Magalhães busca com este trabalho compreender e explicar a origem das *revoluções* que abalam o país desde antes da Independência. Do seu ponto de vista, as *rebeliões* não deveriam causar espanto ao leitor, pois tal fenômeno é uma característica dos povos livres. E talvez, mais importante ainda seja o fato de que estas agitações marcam um período de transição do país. (RIHGB, 1848)

Transição no campo político, que também é fruto de um momento de constituição de uma ideia de nação no Brasil, momento de criar uma identidade, uma tradição capaz de dotar o país de um passado que faça jus ao desejo de, num futuro breve, integrar o rol das nações civilizadas. (CEZAR, 2003) Neste sentido o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é um centro importante neste período, embora não seja o único, no que diz respeito a produção historiográfica. Nele se concentravam os letrados do Império, que a partir de estatutos procuravam regularizar não apenas a escrita, mas também quem poderia fazê-la e como fazê-la.

Esse esforço é visível desde as primeiras sessões do IHGB, começando pelos discursos proferidos na fundação do Instituto, onde se estabelecem as tarefas e objetivos da instituição. Já na breve notícia sobre a criação do IHGB,

publicada no primeiro número da sua *Revista*, começam a aparecer alguns dos elementos que ajudam a compreender como foi se delineando o saber histórico no século XIX. (RIHGB, 1839)

Para eles era necessário criar uma tradição de pesquisa e escrita históricas, visando especialmente a “correção dos trabalhos já publicados, a definição do que é uma fonte e a narração das ações históricas em um plano que apreenda o geral”. (CEZAR, 2011, p. 100) Determinados os objetivos da instituição, caberia ainda se buscar uma noção de história adequada ao projeto.

Fazer história no século XIX então, era em parte cumprir com os requisitos prescritos por Cícero. De um lado o forte sentimento pedagógico, de outro, as mudanças que pareciam se processar cada vez mais rápido e exigiam novas posições e novas formas de pensar as modificações do presente. Ao mesmo tempo, era claro para os membros do IHGB o seu compromisso com a pátria, com a ideia de legar aos seus descendentes lições úteis que pudessem auxiliá-los.

Justamente, realizar esse objetivo maior de criar uma identidade nacional implicava em fazer escolhas tanto teóricas e metodológicas, quanto políticas. Assim, se não estava ainda muito claro quais eram os atributos desejados a quem fosse desenvolver esse papel, por outro lado, algumas limitações nas áreas de atuação começaram a surgir nesse momento. (CEZAR, 2004, p. 12)

O relato elaborado por Gonçalves de Magalhães permite uma reflexão acerca da forma como se concebia a história nesse momento, bem como as possíveis implicações que um tema recente poderia suscitar, quais procedimentos deveriam ser evitados, configurando, aos poucos, uma noção de história permeada de elementos do antigo e também do moderno conceito de história. Trabalhos desse cunho

1 RIHGB, tomo IX, 1847, p. 266. Optarei por manter a grafia original das fontes e textos de época.

costumavam aparecer na *Revista* do Instituto, porém como todos eram submetidos a Comissões, havia certo cuidado com o tom utilizado na escrita por parte dos autores. Desse modo, as publicações estavam determinadas por uma série de fatores para além do seu conteúdo, passando pelas posições sociais que cada um ocupava no Império, entre outros elementos.

Ainda que não existisse muita certeza sobre os procedimentos, ficam claros dois aspectos. O primeiro é a consciência da dificuldade de se escrever uma história geral do Brasil, ainda mais se definida como uma tarefa individual, razão pela qual a criação do IHGB se torna um fator importante. E a segunda, a interdição sofrida por alguns textos e autores, impedidos de publicar na *Revista* do IHGB. O conjunto de limitações e interdições impostas pelo Instituto é sutil. Na maioria das vezes, o discurso adotado é o desejo de uniformizar (e mesmo criar) o discurso nacional com a produção regional. Nesse sentido, escolhas precisavam ser feitas, e entre elas um dos temas mais controversos que surgiu nas páginas de sua *Revista* foi em relação à escrita sobre fatos mais recentes.

Na sessão de 17 de agosto de 1840, por exemplo, foi aprovada a proposta de criação de um livro intitulado *Chronica do Sr Dom Pedro II*, onde uma comissão composta por três membros ficaria encarregada de reunir os fatos mais notáveis ocorridos durante cada ano para “os apresentar de seis em seis meses em sessão da sociedade, e serem transcriptos no dito livro, na parte e pela forma que esta determinar, procedendo-se de maneira que sempre a historia de um anno fique consignada na *Chronica* dentro do seguinte”. Tal projeto, no entanto, jamais foi executado. (RIHGB, 1848, p. 257)

Não são expostas as razões pelas quais ele não se realizou. Não obstante, na sessão do dia 04 de maio de 1848, o assunto retorna e se propõe a criação de duas comissões a fim de conseguirem retomar o projeto em sua data original. Uma estaria incumbida dos anos de

1840 a 1847 e a outra ficaria com o ano corrente. Mesmo assim, ao que consta, nenhum desses planos se concretizou.

Por sua vez, a frequente referência a um projeto de escrita da história pelo IHGB estava mais relacionada à recorrência de certas marcas do que a institucionalização de um padrão. Provavelmente em função dessa arbitrariedade é que se abriu um espaço para a constituição de uma história do tempo presente, mesmo que de maneira fugaz.

A Memória de Gonçalves de Magalhães

Ao iniciar seu relato, Magalhães faz algumas ponderações acerca do contexto que cerca os conflitos deste período. Ele afirma que nada “ha que espantar nos deva n’esta serie de rebelliões que desde a época da nossa independencia até hoje têm arrebetado nas províncias do Imperio”. Elas são reflexos do seu tempo e caracterizam os povos livres que estão sempre em busca de mudanças, pois “activa e vertiginosa é sua vida, e sujeita ás alterações provenientes do exaltamento das idéas; além de que vivemos em época de transição, em que pensamentos de reformas são os que occupam o espirito humano”. (RIHGB, 1848, p. 263)

Do mesmo modo, “O caracter transitorio do tempo e a convicção de sua instabilidade de tal modo sobre nós tem operado que, nas nossas duvidas, em continuas expectativas e mallogradas experiencias, quase que perdemos a fé do futuro”. Para Magalhães, os responsáveis pela disseminação dessas instabilidades são os partidos políticos, que têm espalhado o ceticismo e “impellido o Brasil no desfiladeiro das rebelliões”. Este quadro desanimador não deve desesperar o leitor, pois é exatamente “d’esta mesma fermentação das cousas deve nascer o espirito de ordem que esclarecerá o futuro”. (RIHGB, 1848, p.264-265)

Nesse momento, sua concepção de história começa a se apresentar. Tal como parte considerável dos sócios do IHGB, Gonçalves de

Magalhães fez do adágio ciceroniano seu guia. Ele afirma que tratou de narrar esses acontecimentos mesmo que lhe custasse “depois de passado os males, estar agora a relatal-os; mas estes passados males deixam uma chaga aberta, que ainda goteja, e um echo de dor para o futuro: inutil não é o estudo do passado”. (RIHGB, 1848, p. 265-266)

Inútil não é o estudo do passado, pois nele estão contidas as lições históricas que devem ser apreendidas para assim compreender o momento presente e mesmo projetar o futuro. Essa concepção clássica da história como *magistra vitae* fica mais explícita quando menciona que de todas essas desordens e sua duração pode-se depreender que elas documentam o que tem sido visto por todos e, ao mesmo tempo em que combinam “perfeitamente com o caracter da época” em que eles vivem. (RIHGB, 1848, p.265) Ou seja, é preciso narrar esses eventos para não esquecê-los. Magalhães acaba por inseri-los numa perspectiva política mais ampla, não se tratava mais apenas da construção da nação, mas de uma escolha pelo Império e por D. Pedro de Alcântara. Realiza-se assim, o papel pedagógico atribuído à história nesse momento,

porque devem nossos filhos instruir-se com a lição do passado, e saber por que alternativas passamos, que lutas tivemos, que tropeços encontramos, afim de que, se possível fôr, evitem os males que sóffremos, e prezem o legado que á custa de fadigas nossas lhes transmittimos [...] Por isso tomo sobre mim escrever a historia da rebelião da província do Maranhão, a qual manifestou-se em Dezembro de 1838, posto que suas causas moraes tenham anterior data. (RIHGB, 1848, p. 265)

O autor tenta esclarecer ainda o seu ponto de vista acerca dos acontecimentos. Através de duras críticas aos políticos procura justificar o porquê do início dessa rebelião e principalmente, os motivos que levaram a sua

duração. Ele não poupa palavras e lança a culpa em cima dos governantes e de sua conduta: “Empregam nossos politicos todos os vergonhosos meios para dos publicos lugares arredar os seus antagonistas e rivais; de tudo se ha abusado”. E ainda,

Tem se feito da politica uma sciencia occulta, mysteriosa e empirica, sem regras fixas, sem principios; uma sciencia estrategica de ataque, e não de defeza, e na qual são iniciados certos adeptos com quase exclusão da honra, de modo que quando se quer dizer que alguem é politico, diz-se indifferentemente que é fino ou velhaco. [...] Nenhum partido representa as necessidades do paiz; cada qual afaga aquellas que melhor se prestam no momento para derrubar o estabelecido. Mas o estabelecido não é obra do tempo, triumphar do partido opposto é a única mira dos pleiteantes. Prolonga-se a luta, e leis se fabricam segundo os caprichos dos vencedores. (RIHGB, 1848, p. 264-265)

Tendo em vista o teor desta parte inicial do seu relato, que será reproduzido outras vezes durante o texto, causa certo estranhamento o fato de sua obra ter sido premiada pelos membros do IHGB com a medalha de melhor trabalho histórico do ano de 1847, e principalmente, não ter se produzido nenhuma crítica mais dura em relação ao conteúdo da narrativa. Sendo assim, como pensar e o que pensar sobre o estatuto desse texto? Como ele se insere dentro dos objetivos do IHGB?

No parecer emitido pelos sócios do Instituto não houve uma total aprovação do conteúdo. Desse modo, em uma única frase os sócios alertam os leitores de que, “o Instituto, acolhendo com os maiores applausos o trabalho do Sr. Dr. Magalhães, votou sua prompta impressão, sem comtudo ficar solidario de todas as idéas emittidas pelo auctor”. (RIHGB, 1848, p.133) Esse parece ser o único reparo feito ao autor. Todas as outras menções dirigidas a

Magalhães são as mais elogiosas possíveis. Assim, para os membros do Instituto o trabalho bem como o seu autor representam o que esperavam de um trabalho histórico, ou ainda o que podia ser entendido como trabalho histórico, uma vez que os limites entre diferentes áreas permaneciam tênues:

o Sr. Dr. Domingos José Gonçalves de Magalhaes fez leitura publica da sua *Historia da ultima rebelião do Maranhão*: trabalho que offerece novo ponto de contacto entre o melancolico auctor dos *Suspiros poeticos* e o das *Meditações*: ambos os lyricos bem acabam de provar que a poesia não é incompativel com a historia, segundo a opinião de alguns espiritos apoucados. Nos mais celebres engenhos da antiguidade as vemos abraçadas: ha historia em Homero e Virgilio; ha poesia em Plutarco e Tacito. (RIHGB, 1848, p.132)

Gonçalves de Magalhães se revestiu da *gravidade requerida*, fazendo “reviver os factos de maneira que o leitor involuntariamente experimenta as sensações de uma testemunha ocular o auctor se manifesta ora feliz e triumphante, ora sombrio e irritado, soffrendo todos os movimentos dos que veem em Deus o competente juiz da consciencia”. (RIHGB, 1848, p.133) Neste trecho é perceptível a relação que se estabelece entre *reviver os fatos* e *ser testemunha ocular*, ou *ser testemunha ocular* porque os *fatos* podem ser *revividos* e com isso experimentado por outrem. Em ambos os casos aparecem duas premissas importantes para a consolidação de uma noção de história nesse período. Ao lado do uso das fontes, ser testemunha ocular é prerrogativa de autoridade, logo, de verdade dos fatos. Gonçalves de Magalhães é reconhecido por seus pares e mesmo elogiado em função de sua posição durante o conflito.

Colocado na mais feliz condição para bem observar os successos que narra, sem alteral-os pelas paixões proprias,

que constantemente conturbam o juizo do historiador: extranho aos partidos que lutavam entre si n’esse periodo calamitoso da historia da provincia do Maranhao, elle pôde apreciar o encadeamento de causas diversas que acarretaram aquella medonha explosão da guerra civil e da anarchia, e distinguir a natureza e diversidade de elementos que a formavam. (RIHGB, 1848, p. 133)

Sua posição lhe garantia, então, a premissa de poder falar dos acontecimentos daquele período sem incorrer em paixões que comprometeriam o seu entendimento. De certa forma e de modo muito peculiar os escritores possuíam um ideal de imparcialidade que permeava as suas discussões e as suas publicações. Nas palavras dos sócios reunidos na 173ª sessão do IHGB, realizada no dia 22 de julho de 1847 e presidida pelo Exm. Sr. Conselheiro José Antônio Lisboa, “raros são os trabalhos feitos sobre acontecimentos politicos por autores contemporaneos, que reünam tantos requisitos de perfeita exactidão e imparcialidade como esse de que ora nos occupamos”. (RIHGB, 1847, p. 425)

O que chama atenção neste fragmento é a referência ao lugar que uma história do tempo presente deveria ocupar. Sem grandes discussões a respeito do tema, o que se nota por parte dos membros do Instituto é uma espécie de fuga a fim de evitar o debate. Como eram raros os trabalhos submetidos, e menos ainda aprovados nessa área, suas qualidades deveriam se assemelhar à da história tradicional, cujo objeto se localiza prioritariamente no passado.

Assim, epistemologicamente falando, o historiador do tempo presente deve ter o mesmo cuidado com as fontes, com o ideal de imparcialidade, que os outros historiadores habitualmente possuem. E mais uma vez, Gonçalves de Magalhães se encontrava em uma posição privilegiada, segundo seus avaliadores. Como secretário do governo ele “tinha a sua

disposição todos os documentos officiaes e peças authenticas, por onde lhe era facil chegar ao acontecimento apropriado da variedade das scenas, e da parte que representou cada actor n'este drama sanguinolento". (RIHGB, 1848, p. 133)

Dessa maneira, sua exposição metódica e lúcida, seu estilo elegante e correto, com "vistas philosophicas e elevadas sobre o estudo da civilização d'aquella parte do Imperio; taes são as principaes qualidades que caracterisam esta nova producção em prosa do Sr. Dr. Magalhães, a quem tanto já deve a poesia e a litteratura nacional". (RIHGB, 1848) Para parte considerável do IHGB, o bom historiador é aquele caracterizado por Barrière como um

philosopho que segue sem surpresa, mas não sem emoção, o jogo das paixões e dos interesses humanos; é o juiz imparcial, incorruptível, que não pode offuscar o brilho da categoria, dos talentos, da gloria, e que pesa os homens por suas acções; é um pintor que, em painel de vasta disposição, escolhe as côres para o assumpto e grupa os factos, colloca e traça as personagens com arte e dignidade; é um archicteto do gosto, cuja mão poderia estender-se sobre mil objectos de preço, pinturas, marmores ou bronzes, e que todavia tem a coragem de abandonar todas estas riquezas porque não entrariam no plano, ou mal se ligariam com a belleza severa de seu magestoso edificio. (RIHGB, 1848, p. 132-133)

Percebe-se assim, a forma como algumas noções se difundiam e eram compartilhadas pelo grupo do IHGB. Elas são instrumentos importantes que auxiliam na compreensão da maneira como o passado deveria ser representado, no entanto, essas noções não foram aplicadas de forma homogênea a todos os trabalhos submetidos à avaliação do Instituto.

Histórias do tempo presente malogradas

O trabalho de Gonçalves de Magalhães representou uma tentativa bem sucedida de história do tempo presente, premiada inclusive. Entretanto, nem todos os projetos dessa natureza tiveram o mesmo final feliz.

Felizardo Pinheiro de Campos pode ser considerado um destes exemplos de interdição da escrita sobre o tempo presente. O autor enviou ao IHGB a proposta para um livro cujo título seria - *Fastos do feliz e glorioso reinado do Sr. Dom Pedro II* – e que deveria conter "todos os factos de importancia politica, moral e religiosa à juizo do Instituto". O relator da Comissão de História, Joaquim Manuel de Macedo foi o encarregado de ler na sessão de oito de maio de 1863 o parecer acerca da proposta. (RIHGB, 1863, p. 854)

O parecer ressalta os sentimentos que estimularam Felizardo a fazer tal proposição. Desse modo, o Instituto reconhece "as nobres intenções e patrioticos sentimentos que inspiraram essa proposta, não póde comtudo aconselhar a sua adopção, e julga que lhe cumpre offerecer ao Instituto as principaes considerações, em que firmou o seu parecer". As considerações que serão apresentadas por Joaquim Manuel de Macedo em nome do Instituto refletem, uma vez mais, a falta de um conceito claro de história e a tentativa de mostrar a impossibilidade de se escrever sobre a história contemporânea. (RIHGB, 1863, p. 854)

A primeira questão colocada é o fato de que o IHGB não pode proibir ninguém de escrever sobre o seu próprio tempo. Isso, no entanto, não o impede de fazer uma crítica. Assim, quem quer que seja que se utilize desse direito dever ter consciência de que será sempre um "juiz mais ou menos suspeito, e portanto incompetente para desempenhar cabalmente a empresa difficil a que se arroja". Sujeito às impressões do momento, as paixões, as simpatias e antipatias, ou seja, "sendo actor no drama de que procura dar conta, aquelle que

escreve sobre a historia contemporânea do seu paiz escreve sempre um pouco a sua propria historia”. (RIHGB, 1863, p. 854-855)

A avaliação de seu trabalho demonstra as dificuldades que os sócios do IHGB tinham em pensar essas questões e, finalmente, de aceitá-las. Embora seja necessário relativizar um pouco essa interpretação à medida que a instituição já havia premiado uma obra cujo tema era contemporâneo.

No entanto, em que pese esse pequeno “deslize”, o que parece estar mais de acordo com as intenções do Instituto é a postura manifestada na leitura desse parecer. Assim, não caberia ao IHGB, como dito por Joaquim Manuel de Macedo, a escolha dos fatos mais importantes, pois realizar essa escolha seria proceder a uma seleção onde evidentemente, haveria exclusões, o que por sua vez levaria a execução de uma obra imperfeita.

Admittindo-se porém esta mesma interpretação das palavras a juízo do Instituto, haveria em todo caso o juízo, apreciação do merecimento dos factos a registrar, preferencia e exclusão dos factos e por consequencia não só o grave inconveniente já mencionado, mas ainda o evidente senão de uma obra incompleta pelo esquecimento premeditado de factos que por erro de que é susceptível, o Instituto deixasse de considerar dignos de serem registrados. (RIHGB, 1863, p. 855)

De qualquer maneira, o que parecia incomodar de fato os membros do IHGB era a questão política, que em relatos dessa natureza ficava ainda mais evidente. Sendo assim, Macedo afirmava que a proposta do livro *Fastos do feliz e glorioso reinado do Sr. Dom Pedro II* era forçosamente uma história contemporânea e com isso o autor deveria narrar

absolutamente de tudo quanto se refere á religião, á civilização, ás questões internacionaes, e ainda mais ás questões

de politica interna, ás lides dos nossos partidos politicos, ao embate e luta de todas as nossas idéas, ao combate generoso emfim, em que todos nós entramos, e que com todos nós entram aquelles que teriam de ser encarregados da redacção dos Fastos; por que emfim, todos nós somos interessados na grande causa do estado, e nem podemos deixar de sê-lo sem sacrificio do santo dever do patriotismo. (RIHGB, 1863, p. 856)

Aqui o apelo é dirigido diretamente para a questão da imparcialidade. Como membros da sociedade, e principalmente, como detentores de cargos políticos e administrativos, os sócios do IHGB não se achavam autorizados a falar de seu próprio tempo, pelo fato de o seu presente, em parte, corresponder a sua própria experiência.

Essa não teria sido a primeira vez que o Instituto deliberava sobre o assunto. Em 1850, durante uma das reuniões, é dado o parecer à proposta efetuada por Francisco Freire Allemão de criação de uma *arca do sigillo*, onde deveriam ser guardados “escriptos cuja publicação não se deve fazer antes de um tempo determinado”. Os redatores Manoel de Araújo Porto Alegre, Francisco Freire Allemão e Manoel Ferreira Lagos concordam que a criação dessa *arca* será de grande importância, pois

escriptos, ha, certamente, muito uteis e preciosos para a historia de um paiz, cuja immediata impressão póde acarretar, além de grandes desgostos a seus autores, incalculaveis perturbações, e comprometer não só a paz interna, como a externa; e outros, que envolvendo personalidades contemporaneas e descarnando os factos, ou divulgando segredos, trariam um sem numero de inimizades e deslocações pessoaes, mórmemente em épocas de transição, e n’um paiz como o nosso, onde as bases de uma longa experiencia não podem ainda fructificar, e onde a tolerancia das

nações velhas ainda não chegou.
(RIHGB, 1850, p. 133)

Essas consequências são exatamente as que eles buscavam evitar. A questão política mais uma vez surge como um empecilho para a realização da história do tempo presente. Da mesma forma que o trabalho de Felizardo Pinheiro de Campos foi avaliado, o que se quer impedir, aparentemente, é a paixão, a parcialidade que os assuntos mais recentes possuem sendo essa a razão da proposta de instauração de uma *arca do sigilo*.

No decorrer da explanação acerca das vantagens e dos motivos que levaram o IHGB a adotar a proposta de Francisco Freire Allemão, é possível perceber mais uma vez a preocupação que o circundava. Assim, um alerta é produzido em relação ao uso das fontes, especialmente a imprensa. Ela é acusada de promover guerrilhas parciais onde

dos factos que enumera, e das recriminações em que abunda, roça em torno da verdade, mas argutamente; depois de encarar os factos os descreve segundo a face do prisma de suas conveniências, e segundo o resultado da balança politica dos acontecimentos: o tempo reforma e emenda as razões que um frio calculo e a marcha dos factos vai dictando no decurso de seu progresso. (RIHGB, 1863, p. 133)

O tom dessa crítica se aproxima daquele utilizado por Gonçalves de Magalhães em sua *Memória Histórica*, quando acusa a imprensa de ser “o punhal do assassinato moral”, ou seja, aqueles que queiram arriscar escrever sobre seu tempo, ainda terão de buscar alternativas para suas fontes, já que a imprensa não seria confiável, do mesmo modo que as fontes oficiais, pois ambas são produzidas no “calor do momento” e por isso mesmo, suspeitas de serem parciais.

Os actos publicos do governo não bastam ao historiador; emanados ao nascer dos acontecimentos, ou posteriormente, nem sempre explicam a origem de sua emanção, além d’aquillo que é publico e notório e que se encontra em continua harmonia, ou quando palpaveis contradicções attestam chronologicamente que o interesse substituiu a razão. (RIHGB, 1863, p. 133-134)

Contudo, apesar do IHGB deixar claro sua posição, controvérsias não deixaram de existir. A mais evidente talvez tenha sido a publicação e premiação do trabalho de Gonçalves de Magalhães, onde não apenas os fatos eram recentes (não havia se passado nem dez anos entre os acontecimentos e sua escrita), como o assunto era extremamente delicado, pois colocava em questão toda a política imperial e a própria constituição do Brasil enquanto nação independente.

As repercussões dessa publicação não são evidentes e não foi possível alcançá-las nas fontes pesquisadas. É curioso notar, no entanto, que um ano após a premiação do trabalho de Gonçalves de Magalhães o Imperador tenha, em seu discurso na sessão de aniversário de dez anos do Instituto, feito um apelo aos letrados que escrevessem, justamente, sobre o seu tempo. Dois anos depois, Francisco Freire Allemão propõe a criação da arca do sigilo, e em que pese sua aprovação e a exaltação de seus méritos e o grande auxilio que prestaria a pátria, quase não foi utilizada. Assim,

A comissão crê que um utilíssimo resultado se colherá da criação d’este archivo secreto, além dos que já teve a honra de ponderar: a arca do sigillo vai ser o deposito da consciencia intima de muitos escriptores, que não levarão á sepultura verdades essenciaes á historia de um paiz, vai ser o juiz posthumo do character de todos os autores principaes da scena do nosso mundo, e revelar os factos que tornariam a historia obscura,

forçando os escriptores futuros a tatearem no mundo das conjecturas e das probabilidades. Além d'isto, o temor dos escriptos secretos dos contemporaneos, da divulgação de crimes documentados, o presentimento de uma funesta herança para os descendentes daquelles que souberam illudir os seus contemporaneos, fará com que muitos homens recuem e que procedam mais assisadamente nos seus actos alistando-se de preferencia no mundo do idealismo, no dominio da razão, do que n'um pernicioso e temporario individualismo. (RIHGB, 1850, p. 134)

É evidente ainda a permanência de algumas facetas do conceito de história *magistra vitae* nesse excerto. O caráter pedagógico que se atribui a *arca do sigilo* revela que, se no âmbito epistemológico o conceito foi perdendo sua força, especialmente de previsão do futuro, no âmbito moral a ênfase permaneceu, pelo menos no que tange ao seu caráter exemplar.

No entanto, para D. Pedro II o IHGB deveria além de continuar o seu trabalho de escrita da história brasileira, compilando documentos e obras, se preocupar com o que acontecia em seu reinado. Na sessão de 15 de dezembro de 1849, após ouvir o discurso do presidente Araújo Vianna, o Imperador pede a palavra, em uma das raras ocasiões em que se manifestará durante as reuniões do Instituto. Ele agradece os elogios feitos pelo presidente e como reconhecimento de sua gratidão, não poderia deixar de dizer umas poucas palavras, especialmente em relação à *Revista* do IHGB, “indeclinavel testemunho do que houverdes feito a bem da historia e geographia do Brazil”. Desse modo ele prossegue afirmando que,

Sem duvida, Srs., que a vossa publicação trimensal tem prestado

valiosos serviços, mostrando ao velho mundo o apreço, que tambem no novo merecem as applicações da intelligencia; mas para que esse alvo se attinja perfeitamente, é de mister que não só reunaes os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quasi que unicamente, como tambem, pelos vossos proprios, torneis aquella a que pertenço digna realmente dos elogios da posteridade: não dividi pois as vossas forças, o amor da sciencia é exclusivo, e, concorrendo todos unidos para tão nobre, util, e já difficil empreza, erijamos assim um padrão de gloria á civilisação da nossa pátria. (RIHGB, 1849, p. 551-552)

A menção ao discurso do Imperador gerou interpretações diversas e por vezes antagônicas. É o caso da historiadora Lucia Maria Paschoal Guimarães. Em seu trabalho *Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*, a autora procura verificar até que ponto o IHGB desempenhou de fato sua função de “escrever uma história nacional única e coerente”, pois em sua opinião os sócios acabaram privilegiando a memória em detrimento da história. E o discurso do monarca seria um indício dessa hipótese.²

De acordo com a autora uma das dificuldades é justamente, conciliar discurso e prática. Para ela, três aspectos acentuam essa defasagem. Em primeiro lugar, a falta de testemunhos e de pesquisas sistemáticas, que começarão, justamente, com a criação do IHGB em 1838. Somado a essa dificuldade estava a “ausência de normas acadêmicas na seleção dos sócios – critério que, conforme já se observou no capítulo anterior, só foi adotado a partir de 1851 – se constituiu noutro fator responsável pelo elevado índice de fontes impressas”. Além disso, existiu entre os primeiros sócios um “número bastante expressivo de políticos” e que

2 GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da Imediata Proteção da Sua Majestade Imperial. In: *RIHGB*, n. 388, 1995, p. 507. É tão evidente essa ideia que a autora utiliza-se dela para nomear seus capítulos, o segundo se intitula justamente *Portas Fechadas para a História* e o seguinte, *Portas Abertas para a Memória*.

“não foi simplesmente decorativa”. (GUIMARÃES, 1995, p. 514)

A historiadora argumenta que nem os sócios que foram testemunhas de eventos como a independência, deixaram seus depoimentos, mesmo aventando com tais possibilidades durante as reuniões do Instituto. Desse modo, a história ficava comprometida, pois a documentação a qual a *Revista* dava visibilidade “trazia as marcas da continuidade, centralização e legitimidade”. (Idem, p. 522) Ao analisar a massa de documentos produzidos pelo IHGB concluiu que

direcionados para a Memória, os idealizadores da Academia não se ocuparam da História. Embora o valor e a importância de Clio fossem lembranças permanentes na sua retórica dos dias de festa. O levantamento minucioso da *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* [...] permitirá salientar a existência sistemática de um descompasso, entre o pretenso discurso sobre a História e a sua escrita efetiva, ou seja, sua prática. (Idem, p. 457)

Sua hipótese será discutida por outro historiador, Temístocles Cezar, para quem não há dúvidas de que se “produziu uma memória nacional, mas eu não estou certo que esta opção implique necessariamente o *abandono da história*”. Pelo contrário,

parece-me que fazer a história quase que exclusivamente colonial e, inversamente, não fazer a história contemporânea é uma escolha certamente política mas também epistemológica. Esta escolha não visava somente proteger os políticos do IHGB de descobertas desconfortáveis que a pesquisa da atualidade poderia revelar. De modo mais profundo, ela é a expressão de uma tendência teórico-metodológica, segundo a qual não é desejável se fazer história do imediato,

pois ela é perigosa para a objetividade do historiador, logo para a melhor maneira de se escrever a história. (CEZAR, 2004, p. 55-56)

Assim sendo, a partir do que foi descrito até agora, é possível chegarmos a algumas conclusões, ainda que elas não sejam definitivas. A primeira delas é que a história nesse período enfrentava dois problemas, por assim dizer, mais difíceis: o de delimitação de seu campo de atuação, de suas fontes, com seus procedimentos e métodos, muitos deles herdados da tradição antiquária, e o de consolidação de um conceito que abarcasse as transformações temporais, sociais e culturais, especialmente a partir de dois fenômenos, a Revolução Francesa e o advento de uma nova ordem temporal representada pela modernidade.

O que parece estar sempre em pauta é a própria condição do historiador enquanto agente que intervém em seu próprio tempo. Por essa razão, os membros do IHGB preferem desencorajar esse tipo de produção. Assim,

a comissão, reflectindo ainda na proposta, comprehendeu que talvez estivesse no pensamento do seu digno auctor a idéa de um registro de extrema simplicidade, em que se faça menção dos factos que se fôrem passando sem apreciação alguma; mas também n'esta hypothese a comissão entende que a proposta não é muito conveniente, e pelo menos é desnecessária. (RIHGB, 1863, p. 856)

Portanto, ela não era conveniente uma vez que “seria difficilimo estabelecer regras precisas, pelas quaes o redactor ou redactores dos factos se limitassem ao registro dos factos sem deixar escapar palavras de uma dissimulada apreciação”. Essa parece ser a grande preocupação do período: como escrever sem se deixar levar pelo espírito de partido? A resposta é evitar esse tipo de trabalho. Somente assim se estaria livre do perigo de tender para um lado.

Endossando a resposta negativa, os letrados do IHGB argumentam também que esse trabalho seria desnecessário uma vez que, se eles julgassem útil tal obra, “bastar-lhe-ia fazer continuar o trabalho das Ephemerides que por proposta do nosso finado consocio o conego Januario da Cunha Barbosa, o Instituto mandou escrever e foram escriptas durante alguns annos”. Nem o título da obra foi poupado. Joaquim Norberto de Sousa e Silva e Joaquim Manoel de Macedo comentam sua inadequação, pois “devendo além d’isso considerar-se que seria mal cabido o título brilhante de – Fastos do feliz e glorioso reinado do Sr Dom Pedro II, em um registro tão simples, secco e árido”. (RIHGB, 1863, p. 856-857)

Mesmo diante da negativa, Felizardo Pinheiro insiste que a obra seria necessária, pois do contrário, o Brasil nunca teria

uma colecção de factos colligidos e methodizados pelo Instituto com relação ao actual Reinado: que se igual idéa de se irem colligindo os factos do actual reinado já tivesse tido execução desde vinte e dois annos, que fôra iniciada pelo fallecido conselheiro José Clemente Pereira e approvada pelo Instituto, já teriamos hoje um rico reservatorio de factos, que abrilhantariam as paginas da nossa historia; que elle não deseja que o Instituto seja o historiador, mas sim o compilador dos factos, pois é a sua missão e principal incumbencia, segundo os estatutos, preparar os materiais para um dia formar-se a historia do paiz, etc., etc. (RIHGB, 1863, p. 858)

O autor procura intimidar o IHGB, atribuindo-lhe a responsabilidade enquanto representante das letras nacionais, pela história do tempo presente, mas não surte o efeito pretendido. O Instituto mantém-se firme em sua postura, e responde de forma peremptória:

A geração que vive tem a historia do Imperador ante os olhos. As suas paginas que se desenrolam dia por dia sempre adornadas com um novo e brilhante facto se gravam na memoria de todos os cidadãos, e os Fastos do reinado de Sua Majestade Imperial são de sobejo importantes e gloriosos, para que necessitem de serem escriptos a juizo do Instituto Historico, a medo que elles possam desaparecer no oceano dos tempos como esses acontecimentos frivolos e dignos de eterno esquecimento, que se abysmam no golfão do passado com os próprios annos que os presenciaram. (RIHGB, 1863, p. 859)

A responsabilidade a respeito de uma rememoração dos fatos passa de um âmbito privado, representado pelo IHGB para um público. Todos os habitantes do Brasil são agora responsáveis pela história que presenciam. Claro, que a questão deve ser matizada, pois o que realmente está em discussão não é a maneira como se vai registrar o passado, mas o que será registrado. Mais uma vez, se furtam da discussão do lugar que essa história recente deveria ocupar. Mais do que isso, eles a transferem para a imprensa, que por diversas vezes foi alvo de suas críticas. À imprensa, dizem eles, “que como a Argos dos antigos, vêla com os seus cem olhos, compete registrar esses factos e ella os registra”. (RIHGB, 1863, p. 859)

Finalmente, não é possível analisar o estatuto da história mais recente sem relacioná-la diretamente às questões políticas do período. Seja porque seus autores ocupam essa dupla função de letrados e políticos imperiais, seja porque o campo historiográfico não está consolidado ainda. A falta de clareza nos critérios de avaliação da produção da época é denunciada por esse tratamento diferencial que alguns autores parecem ter recebido.

Portanto, os pareceres escritos para o trabalho de Gonçalves de Magalhães e para a proposta de Felizardo Pinheiro são um exemplo

notório de como se criavam mecanismos para adequar o discurso à prática. Enquanto que ao primeiro não foram poupados elogios - ele teria atingido a *perfeita exatidão* e a *imparcialidade necessária* ao narrar acontecimentos políticos tão próximos, o que é notado pelos pareceristas como um fato raro - coube a Felizardo Pinheiro um julgamento negativo que se baseia quase que no mesmo critério só que usado ao contrário. A Comissão nega o pedido de Felizardo alegando que aquele que escreve sobre os acontecimentos de seu próprio tempo é sempre um juiz parcial, sujeito as paixões, simpatias e antipatias.

Esses exemplos demonstram a ausência de critérios de avaliação definidos, bem como a falta de discussões sobre o lugar que a história mais recente deveria ocupar ou mesmo como ela deveria ser feita. Assim, para o autor que quisesse se aventurar por sua contemporaneidade, não bastava cumprir com os requisitos que a história dita tradicional naquele momento estabelecia, era preciso que ele conquistasse uma legitimidade frente aos seus pares, pois sem ela dificilmente o resultado de seu trabalho seria aprovado. Por fim, o surgimento de obras com a marca do presente deve ser entendido como parte de um movimento maior onde a escrita da história é orientada por diferentes noções, muitas vezes antagônicas, mas que ao mesmo tempo refletem não apenas uma noção de história, mas seus usos políticos, e, consequentemente, sua contribuição à construção de uma identidade nacional e do próprio campo historiográfico.

Referências

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Memórias da Balaíada. Introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães. In: **Revista Novos Estudos**. São Paulo, n.23, março de 1989, pp.07-13.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo. Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008.
- CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e modernos. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. (org) [et al.] **Estudos de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, 340p.
- CEZAR, Temístocles. Historiografia e escrita da história. In: **Ágora – revista de história e geografia**, v. 11, n. 1, jan/jun, Santa Cruz do Sul: editora EDUSC, 2005.
- CEZAR, Temístocles __. Lição sobre a escrita da história. Historiografia e nação no Brasil do século XIX. In: **Diálogos. Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá**, vol. 8, n. 1, pp. 11-29, 2004.
- CEZAR, Temístocles __. Presentismo, memória e poesia. Noções da escrita da História do Brasil no Oitocentista. In: PESAVENTO, Sandra J. **Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural**. Bauru, SP: EDUSC, 2004b.
- CEZAR, Temístocles __. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: Pesavento, Sandra J. (org). **História Cultural. Experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da Imediata Proteção da Sua Majestade Imperial. In: **RIHGB**, n. 388, 1995.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil 1838-1857**. Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: editora da UERJ, 2011.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar*. GUIMARÃES, Manoel Salgado (org). **Estudos sobre a escrita da história**, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- HARTOG, François. **Regimes d'historicité. Presentisme et experiences du temps**. Paris, Editions du Seuil, 2003.
- HARTOG, François. A testemunha e o historiador. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001, pp. 11-42.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: **Viagem Incompleta. A experiência brasileira 1500-2000. Formação: Histórias**. São Paulo: editora do Senac, 2000, pp. 127-175.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. Balaíada: ação e exploração. In: **Revista de História**, n. 23. São Paulo, 1975, pp. 343-365.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **historia/Historia**. Buenos Aires: Minima Trotta, 2004.

LEDUC, Jean. **Les Historiens et le Temps. Conceptions, problématiques, écritures**. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

PIMENTA, João Paulo; ARAÚJO, Valdeci Lopes de. História. In: FERES Junior, João (org). **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, pp. 119-140.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias. O homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

TURIN, Rodrigo. **Tempos Cruzados: a escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista**. Tese de doutorado defendida no IFCS/UFRJ, 2009.

Lista de fontes

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), tomo I, 1839.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), Tomo II, 1840.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), Tomo III, 1841.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), Tomo IX, 1847.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), Tomo X, 1848.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), Tomo XII, 1849.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), Tomo XIII, 1850.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (RIHGB), Tomo XXVI, 1863.